

**Políticas públicas para a democratização do ensino superior público:  
o registro da experiência do curso de especialização em  
Educação no Campo da UFSCar**

*Public policies for the democratisation of public higher education:  
a record of the postgraduate course in Rural Education at UFSCar*

*Políticas públicas para la democratización de la educación superior pública:  
el registro de la experiencia del curso de especialización en  
Educación en el Ámbito de la UFSCar*

Patric Oberdan dos Santos<sup>1</sup>  
Universidade Federal de São Carlos

José Leite dos Santos Neto<sup>2</sup>  
University of Roehampton London

Luiz Bezerra Neto<sup>3</sup>  
Universidade Federal de São Carlos

**Resumo:** A escassez de políticas públicas educacionais voltadas para o meio rural é marca da realidade dos povos do campo, no entanto, na contramão disso e resultado de um processo de luta e resistência dos trabalhadores, criou-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no intuito de garantir um dos direitos básicos para a população assentada. Deste modo, o presente artigo, situado nas discussões sobre direito e acesso a educação, discorre sobre a experiência do curso de Especialização em Educação no Campo da UFSCar, e tem como objetivo apresentar e registrar esta experiência enquanto prática que contribuiu para a democratização da educação pública, gratuita e de qualidade para os trabalhadores. O curso é resultado da parceria entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), PRONERA e Movimentos Sociais do campo. A partir de uma abordagem qualitativa com enfoque descritivo realizou-se uma revisão integrativa documental do curso em questão. A pesquisa descritiva-exploratória, como estratégia metodológica para analisar os conteúdos bibliográficos cuidadosamente selecionados foi utilizada. Versou-se também sobre a importância do ensino por meio da modalidade de alternância enquanto uma prática que atende as necessidades da classe trabalhadora no que se refere ao acesso à educação e qualificação profissional. Este estudo reforça a tese de que a educação é um direito negado a classe trabalhadora e isso se torna ainda mais evidente quando presencia-se as tentativas de extinção do PRONERA, um programa que possibilitou ao longo de sua existência, a formação, desde a educação básica à pós graduação, de trabalhadores assentados. Os resultados evidenciam a fragilidade dos direitos conquistados, que se agravam ainda mais mediante a implementação de propostas do neoliberalismo.

**Palavras-chave:** PRONERA. Educação no Campo. Políticas Públicas Educacionais.

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: [Patric.obedan@gmail.com](mailto:Patric.obedan@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6140553652939628>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4122-5842>.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. University of Roehampton London, London, United Kingdom. E-mail: [Jose.neto@roehampton.ac.uk](mailto:Jose.neto@roehampton.ac.uk); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9936979294599561>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9102-315X>.

<sup>3</sup> Doutor em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: [lbzerra@ufscar.br](mailto:lbzerra@ufscar.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4809080593333472>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6388-3467>.

**Abstract:** The scarcity and absence of public educational policies aimed for the rural areas are features of the reality of the rural population, however, contrary to this and as a result of a process of struggle and resistance by the rural labours, the National Programme for Education in Agrarian Reform (PRONERA) was created in order to guarantee one of the basic rights for this population. Thus, the present paper, sited between the discussions about the right and access to education, discusses the experience of the Postgraduate Course in Rural Education, and aims to present and record this experience as a practice that has contributed to the democratization of public, free and quality education for proletariat. The course is an outcome of a partnership between the Federal University of São Carlos (UFSCar), PRONERA and Rural Social Movements. Drawing from a qualitative approach with a descriptive focus and an integrative documentary review of the course in question was carried out. In addition, descriptive-exploratory research was used as a methodological strategy to analyse the carefully selected bibliographic contents. The importance of teaching through alternation as a practice that meets the needs of the working class in terms of access to education and professional qualification was also examined. This study reinforces the thesis that education is a right denied to the working class and this becomes even more evident when it is witnessed the extinction of the PRONERA, a programme that has made possible of existence, the training, from basic education to post graduate trainings, of rural labours, representing a step backwards and part of a project to dismantle public education. The results show the fragility of the rights won, which are further aggravated when viewed from the point of view of neoliberalism.

**Keywords:** PRONERA. Rural Education. Public Policies.

**Resumen:** La escasez de políticas públicas educativas dirigidas al medio rural es una marca de la realidad de los pueblos rurales, sin embargo, en sentido contrario y como resultado de un proceso de lucha y resistencia de los trabajadores, se crea el Programa Nacional de Educación en Reforma Agraria (PRONERA), con el fin de garantizar uno de los derechos básicos de la población asentada. De esta manera, este artículo, situado en las discusiones sobre el derecho y el acceso a la educación, discute la experiencia del Curso de Especialización en Educación en el Ámbito de la UFSCar, y tiene como objetivo presentar y registrar esa experiencia como una práctica que contribuyó a la democratización de educación pública, gratuita y de buena calidad para los trabajadores. El curso es el resultado de una asociación entre la Universidad Federal de São Carlos (UFSCar), PRONERA y Movimientos Sociales Rurales. Desde un enfoque cualitativo con enfoque descriptivo, se realizó una revisión documental integradora del curso en mención. Se utilizó la investigación descriptiva-exploratoria, como estrategia metodológica para analizar contenidos bibliográficos cuidadosamente seleccionados. También se discutió la importancia de la enseñanza en la modalidad de alternancia como una práctica que responde a las necesidades de la clase trabajadora en cuanto al acceso a la educación y la calificación profesional. Este estudio refuerza la tesis de que la educación es un derecho negado a la clase trabajadora y esto se hace aún más evidente al presenciar los intentos de extinción de PRONERA, programa que permitió a lo largo de su existencia la formación, desde la básica hasta la de posgrado, de trabajadores asentados. Los resultados muestran la fragilidad de los derechos conquistados, que se agravan aún más con la implementación de las propuestas del neoliberalismo.

**Palabras clave:** PRONERA. Educación en el Campo. Políticas Públicas Educativas.

---

**Recebido em:** 04 de agosto de 2022.

**Aceito em:** 23 de agosto de 2022.

---

## Introdução

A proposta temática desse artigo surgiu de discussões e debates sobre o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior e as políticas públicas voltadas a essa questão, principalmente sobre a realidade educacional que atinge o campo. Para tanto, estabeleceu-se como objetivo geral deste texto, apresentar e discutir a experiência do Curso de Especialização em Educação no Campo, que aconteceu entre os anos de 2016 e 2018, realizado em parceria entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Movimentos Sociais. Para tanto, a discussão sobre aspectos gerais do acesso à educação pelos trabalhadores é questão fundamental para compreender o processo de exclusão e negação desse direito.

O artigo parte de uma abordagem qualitativa com foco descritivo e utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa documental. Foram utilizados como material principal para a realização deste trabalho os documentos publicados sobre o curso de Especialização em Educação do Campo, como Edital de Seleção e Projeto Pedagógico. Fez parte também da realização deste trabalho a pesquisa bibliográfica com enfoque histórico no intuito de compreender esse processo.

Para tanto, o artigo está dividido em duas partes. No primeiro tópico intitulado “O direito a Educação: Primeiras aproximações” são apresentados aspectos legais do reconhecimento ao direito da educação e expressa também a importância da educação escolar para o indivíduo viver em sociedade.

Na sequência, intitulado “O Curso de Especialização em Educação no Campo da UFSCar”, é apresentado o referido curso e sua proposta pedagógica, além da estrutura organizacional. E por último é discutida a questão da Pedagogia da Alternância enquanto um avanço na modalidade de ensino para a classe trabalhadora.

## O direito à Educação: primeiras aproximações

A história da educação no Brasil é marcada pela luta de classes, onde os interesses da burguesia vão de encontro ao interesse dos trabalhadores. O contexto educacional se caracteriza por uma dualidade, na qual a burguesia propõe um modelo de educação voltado aos seus próprios interesses e para manter-se no poder. Em contraposição, para a classe trabalhadora, propõe-se uma educação básica pensada para controlar as massas capacitar os indivíduos para o mundo do trabalho, apenas com formação instrumental.

Apesar da importância que sempre teve para o crescimento econômico do país, o modelo de desenvolvimento econômico-social adotado no Brasil tornou a atividade agropecuária uma espécie de alavanca do processo de industrialização, subordinando o rural ao urbano. Segregou e privou os sujeitos do acesso aos direitos sociais básicos, entre eles a educação, sobretudo no que diz respeito ao acesso à escola.

A negação do direito a educação atinge diretamente a classe trabalhadora e isso se agrava quando esses trabalhadores se encontram no campo. Ainda que tal direito seja garantido conforme assegura o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, Lacerda e Santos (2011) evidenciam essa contradição ao mostrar que em relação a população assentada no Brasil, uma média de 3,5 milhões de pessoas, 15,5% não são alfabetizados e o nível de escolarização dessa população é extremamente baixo. Os autores destacam que apenas 6% da população jovem conclui o ensino médio e apenas 1% tem oportunidade de acesso ao ensino superior. Nesse sentido, Ribeiro (2008, p. 34) ressalta que “No Brasil, a ausência de políticas educacionais específicas para a educação rural, na história da Educação, é reconhecida por inúmeros autores como Calazans (1993); Leite (1999); Gritti, (2003); Damasceno (2004)”.

A educação escolar básica considerada obrigatória no país é composta por três níveis, sendo eles, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, todos devendo ser ofertados de forma gratuita pelo estado. Essa lei é um direito individual e inalienável a todos os brasileiros, e o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, assegura também que o ensino deve ser ministrado com igualdade de condições de permanência e gratuidade em estabelecimentos oficiais, com isso pretende-se que todos os brasileiros sejam alfabetizados.

A educação escolar enquanto um direito assegurado por lei, não é suficiente para resolver o problema do acesso à escola, existe uma parcela significativa da população que não é alfabetizada. Nos dados do IBGE do ano de 2010, a porcentagem de brasileiros com 15 anos ou mais que não sabiam ler ou escrever era de 10% da população nacional, no ano de 2015 essa porcentagem caiu para 8%, um pequeno avanço em relação ao combate ao analfabetismo. No ano de 2019 o IBGE estima 6,6% da população nessa mesma faixa etária são analfabetas, um número aproximado de 11 milhões de pessoas. Em relação ao ensino superior que apesar de existir uma opção que é gratuita, não é acessível a todos. No ano de 2019 a porcentagem de pessoas que concluíram o ensino superior foi de 17,4%, menos de um quarto da população nacional.

Historicamente o acesso à educação superior se constituiu como privilégio das elites dominantes. Essa é uma herança do Brasil colonial que vem sendo mantida na qual a negação de acesso ao ensino superior a classe trabalhadora assume diversas faces no decorrer da história.

Na história da educação superior brasileira, até o final do século XX as vagas em instituições públicas, particularmente de cursos com elevada concorrência, eram privilégio de estudantes provenientes de frações de classes abastadas, que dispunham de capital cultural, econômico e social adequado às exigências acadêmicas e de tempo para se preparar e realizar o curso de graduação ou pós-graduação escolhido. (FERNANDES e OLIVEIRA, 2019, p. 710)

Como forma de romper com essa desigualdade e com o objetivo de oferecer educação nas áreas de Reforma Agrária, através de projetos educacionais que se atentaram para as especificidades dessa realidade, e na tentativa de unir o acesso à educação escolar ao meio rural e em uma perspectiva de transformação social como resultado de um processo de luta dos movimentos sociais, foi criado em 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esse programa se forma enquanto política pública de Educação no Campo e foi estabelecido a partir do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como público alvo, o programa atendia os beneficiários do Plano Nacional de Educação na Reforma Agrária e do Crédito Fundiário.

Um programa pensado para atender a população rural desde a educação básica ao ensino superior, contava com mecanismos que possibilitavam o acesso e permanência desses trabalhadores do campo a acessarem e concluírem um curso de ensino superior. A exemplo disso citamos a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que recebeu duas ofertas do Curso de Pedagogia da Terra, um curso voltado para assentados e filhos de assentados, realizado entre uma parceria de movimentos sociais e a universidade, com apoio financeiro do PRONERA.

O Programa foi um grande avanço para a educação no campo, que é um espaço considerado como sinônimo do atraso com as escolas rurais carregando uma herança do ruralismo pedagógico, servindo como uma adaptação e um depósito do que não serve para as escolas urbanas. Segundo Bezerra Neto e Bezerra (2011) os movimentos sociais que defendiam a fixação do homem no campo através da educação, atribuíam a não fixação do homem no campo devido a essa divergência de currículo. Com a implementação deste Programa a Educação no Campo ganha uma certa visibilidade.

Em relação à criação do PRONERA, Lacerda e Santos (2011, p. 24) registram que:

De lá para cá, o PRONERA foi responsável pela escolarização e formação em nível médio e superior de cerca de 400 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de cerca de 300 técnicos, na ação denominada Residência Agrária, para atuarem na assistência técnica, social e ambiental, junto aos assentamentos de Reforma Agrária e Agricultura Familiar (LACERDA e SANTOS, 2011, p.24).

No ano de 2020 o PRONERA praticamente teve encerrada suas atividades devido ao presidente da república Jair Messias Bolsonaro, concordar em assinar o Decreto N. 10.252, que reorganizou o INCRA, transferindo aquele órgão para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Tal medida enfraqueceu os programas sociais destinados a assentados, quilombolas e outros povos do campo, essa reestruturação acabou por extinguir a coordenação responsável pela educação do campo, e conseqüentemente ao PRONERA. A quase extinção do PRONERA é mais uma evidência do ataque ao direito de acesso à educação da classe trabalhadora e exemplo de retrocesso no desenvolvimento social do país.

Fez parte também dessa história, a formação para trabalhadores do campo em nível de pós-graduação *latu-sensu*, oferecida também para o público alvo do PRONERA em parceria com a UFSCar, o qual registra-se neste texto essa experiência e o impacto dessa formação para o campo.

### **O Curso de Especialização em Educação no Campo da UFSCar**

A criação do curso de Especialização em Educação no Campo da UFSCar partiu da compreensão de que, a universidade, ao exercer o seu papel de unidade de ensino, pesquisa, extensão e ação comunitária deve estar preocupada não somente com a ampla socialização dos conhecimentos construídos no seu interior como também com a participação da sociedade nesta construção.

Por isto, não se pode admitir a exclusão dos sujeitos inseridos nos programas de reforma agrária, cujo acesso à informação e ao conhecimento científico tem sido extremamente precário, sob pena de se reproduzir o ciclo que fez esses trabalhadores deixarem o campo por serem excluídos de um projeto econômico e social, que traz uma suposta “modernização”, para depois a ele retornar na condição de beneficiários de projetos de reforma agrária.

Nesse contexto, o curso de Especialização em Educação no Campo, realizado em parceria entre UFSCar e PRONERA, que teve duração de dois anos (2016 e 2017), partiu de demandas levantadas entre o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC) e Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA/SP).

Os movimentos sociais envolvidos ficaram incumbidos da Indicação das demandas educacionais das áreas de Reforma Agrária e do Crédito Fundiário, e de acompanhar e participar do processo de avaliação pedagógica do curso. O GEPEC, enquanto grupo de



estudos contribuiu com a organização pedagógica e com o processo de formação dos cursistas, ficando responsável pela formação dos professores utilizando a metodologia da pedagogia da alternância.

Deste modo, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica no campo, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), juntamente com movimentos sociais, se engajaram na busca de melhoria da qualificação dos professores que atuam preferencialmente no campo nos municípios brasileiros. Outrossim, o curso se estabeleceu com o objetivo geral de formar especialistas em Educação no Campo, aptos a intervir sobre a realidade educacional nas áreas de reforma agrária e nas escolas definidas como destinatárias da educação do campo, conforme o Decreto 7.352/2010. O Projeto Pedagógico do curso previu como objetivos específicos:

- a. capacitar pedagogos e/ou outros licenciados que dominem os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento e aptos a atuar de forma interdisciplinar nas escolas do campo;
- b. capacitar professores para que sejam capazes de desenvolver uma análise crítica da realidade, para que possam intervir sobre a mesma;
- c. ampliar a formação de professores com licenciatura plena em Pedagogia, e/ou outros licenciados, egressos do público do PRONERA, no que couber. Com isto, é esperado que se capacite educadores, preparando-os para atuar em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, cuja prática social se diferencie dos tradicionais perfis de educadores de escolas do campo, por contemplar três dimensões fundamentais: a competência técnico-científica, a postura política de educador preocupado com a transformação social e, sobretudo, a capacidade de dialogar com as comunidades para apreender e incorporar a sabedoria popular nos processos de tomada de decisões e no enfrentamento dos desafios do cotidiano.

O referido curso, visou, através da formação integral dos participantes, a atuação com autonomia junto a seus pares na concepção, elaboração e implementação de projetos de ensino-aprendizagem tanto no âmbito escolar quanto no âmbito comunitário mais amplo e justifica-se, primordialmente, pelas crônicas demandas colocadas pela realidade social do campo brasileiro, onde a necessidade de formação profissional dos seus habitantes vem sendo historicamente ignorada.

Esta concepção de processo pedagógico enfatiza a formação integral do sujeito, procurando equacionar adequadamente:

- a) a ampliação da sua capacidade para construir novos conhecimentos;
- b) o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades necessárias para atuar no planejamento e gestão de projetos pedagógicos, de modo crítico e com ênfase na formação de um sujeito capaz não só de interpretar como também participar, de fato, da realidade;
- c) o repensar continuado e crítico de ações adequadas ao exercício da prática pedagógica, não apenas no âmbito da instituição escolar como também nos assentamentos de reforma agrária, entendidos como espaços de múltiplas relações sociais, e nos movimentos sociais em geral.

O Projeto Pedagógico foi estruturado a partir de eixos temáticos, que problematizaram a relação que, historicamente, se estabelece entre o rural e o urbano na sociedade brasileira. A educação como prática social que também se desenvolve para além dos muros da escola, a dialética relação entre teoria-prática como essencial na construção do conhecimento.

Os pressupostos teóricos e metodológicos em que o curso se embasou foi o Materialismo Histórico e Dialético, sobretudo, fundamentado através do conhecimento da Pedagogia Histórico-Crítica, outrossim, o curso se estruturou a partir de módulos com a seguinte matriz integrativa: Introdução à Educação do Campo; Trabalho e Educação no Campo; Alfabetização no Campo; Práticas Pedagógicas em Educação do Campo; Gestão Educacional do Campo; Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial no Campo; e, Educação no Campo e Relações Étnico-Raciais - Diversidade étnico-racial brasileira, visou explorar, interpretar e integrar a realidade dos cursistas.

Com base numa concepção modular e integrada na organização das disciplinas, o projeto enfatizou-se que:

- a) a formação básica e pluralista abrangendo, as diferentes disciplinas relacionadas com a problemática da educação nos assentamentos rurais de reforma agrária;
- b) a construção de um diálogo permanente com as demais áreas do conhecimento e a incorporação da multidisciplinaridade como condição fundamental para a manutenção da unidade entre as diferentes áreas de estudo;
- c) o reconhecimento da finalidade social do conhecimento e a pesquisa aplicada como instrumento privilegiado de conhecimento e transformação da realidade;
- d) o desenvolvimento de atividades teórico-práticas (tempo comunidade/tempo escola) em todas as disciplinas do currículo;
- e) a integração com a comunidade acadêmico-científica em geral e a comunidade mais ampla, especialmente as instituições e os serviços relacionados à organização e gestão da escola pública e dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Partindo da realidade dos sujeitos, o curso visou promover o conhecimento científico, desenvolvendo um conjunto de atividades que incluíram aulas expositivas, oficinas, seminários, visitas técnicas, trabalhos de campo, dentre outras.



Inicialmente a expectativa do curso era atender uma demanda regional, com foco para os estados de São Paulo e Minas Gerais, porém foi revelada uma grande demanda em nível nacional para a formação de professores que trabalham nas escolas do campo e que buscam uma formação voltada para essa realidade. Foram recebidas 130 inscrições de candidatos de diversos estados, sendo, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Tocantins e Bahia. Foram disponibilizadas 50 vagas e a metodologia da oferta englobou atividades teóricas e práticas realizadas em dois anos letivos para conclusão com um total de 520 horas.

### **Pedagogia da Alternância na formação continuada**

Vale destacar que, em termos de acesso à educação escolar, as áreas de reforma agrária estão longe do que prevê a constituição brasileira. A qualidade da formação que tem sido oferecida encontra-se em defasagem, o que pode ser um outro problema. Neste sentido, um dos impactos pretendidos para o curso foi contribuir para suprir esta lacuna criando oportunidades para que esta população tenha acesso ao conhecimento científico e à universidade, local privilegiado para a sua construção e socialização.

Partiu-se do princípio de que a formação do especialista em Educação no Campo, para atuar nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária exige um conhecimento multidisciplinar em suas dimensões técnica, econômica, social, política e ambiental, o que poderá servir de base para uma atuação voltada para a transformação da realidade social e educacional do país.

O curso foi organizado a partir da Pedagogia da Alternância, que vem se mostrando uma alternativa viável para o ensino técnico e superior, além de estabelecer relação expressiva entre a família, o assentamento e a instituição de ensino. A metodologia de alternância, como o próprio nome esclarece, estrutura-se em períodos de tempo em que os alunos passam um período no centro de formação (ou universidade) alternados com outros períodos de tempo em que eles permanecem na comunidade (ou assentamento) de origem.

O modelo de alternância, que tem suas origens na França rural do século XX, foi pensado inicialmente como uma alternativa para auxiliar as famílias no trabalho rural. Ao longo da história essa modalidade de ensino vem suscitando questões para pensar que esse modelo pode ser uma alternativa viável para a classe trabalhadora, que seja do campo ou da cidade e não se adapta aos modelos tradicionais. Nesse sentido, Ribeiro (2008, p. 38) propõe a seguinte indagação:

A generalização da alternância para o ensino técnico-industrial e universitário suscita questões sobre a natureza dessa metodologia e as suas finalidades. Com qual modelo de educação e de sociedade estaria ela associada? Seu papel estaria limitado à promessa de inserção social e profissional em tempos de desemprego ou conteria a perspectiva de ruptura com um modelo de educação que, historicamente, privilegiou o espaço/tempo exclusivo da escola (RIBEIRO, 2008, p. 38)

Deste modo, destacamos que a modalidade por alternância neste curso possibilitou reunir trabalhadores da educação de diversas áreas do país, que não teriam acesso a formação pela modalidade tradicional. Deste modo entende-se essa prática como parte de um projeto educacional em disputa, que visa garantir o direito dos trabalhadores ao acesso à educação escolar. No que se refere a experiência da alternância pelo PRONERA,

Em termos da prática do PRONERA, a Alternância inicialmente aconteceu para atender à necessidade de formação dos monitores, que residiam nos assentamentos, para atuarem como alfabetizadores de adultos. As universidades e Movimentos Sociais elaboraram projetos pedagógicos prevendo a formação em Alternância. Os educadores se deslocavam para os campi universitários em períodos trimestrais e/ou semestrais. Por meio desses encontros, que variavam segundo o nível de ensino, os professores habilitavam os educadores para a docência. (ROCHA e MUNARIM, 2011, 176)

A Pedagogia da Alternância tem se mostrado, por meio da prática, uma alternativa viável que atende as necessidades de formação de trabalhadores e pode-se perceber o avanço dessa prática desde as suas primeiras experiências. Tal modalidade, além da experiência que destacamos aqui em nível de especialização, já formou pela UFSCar duas turmas de Pedagogia e uma de Agronomia. Em outros estados há experiências de formação por alternância em nível superior nas áreas de direito, agronomia, letras, pedagogia e medicina veterinária, dentre outras. Para Rocha e Munarim (2011, p. 176) “A construção da Alternância no PRONERA está alicerçada em experiências diferenciadas, mas que estão conectadas pela necessidade de promover a escolarização de crianças, jovens e adultos que residiam nos assentamentos, em todos os níveis de ensino”.

Deste modo, tendo a Pedagogia da Alternância a integração entre o Tempo-Escola (TE) e Tempo comunidade (TC), compreendemos que no TE o aluno elabora um plano de estudos e tem a oportunidade de socializar a compreensão que tem da sua realidade sob todos os aspectos, o que é feito com base na sua experiência e no estudo da literatura. No TC ele executa o plano de trabalho discutindo a sua realidade com a família e com outros assentados, provocando reflexões, planejando coletivamente as soluções e realizando experiências a partir de uma determinada concepção de desenvolvimento local sustentável que seja adequada ao contexto, às necessidades e interesses da comunidade. Nesse sentido, destaca-se o que Rocha e Munarim (2011) ponderam ao trazer a síntese sobre o processo de alternância.

Realidades, ciências, políticas, compreensão e transformação/conservação são indissociáveis. De modo que a Alternância promove os tempos comunidade-escola, como forma de associar os processos de aprendizagem, tanto para a aquisição/construção de conhecimentos/saberes necessários à vida cotidiana, quanto para a qualificação da formação profissional. Sua realização possibilita a relação teoria-realidade por meio da reflexão e da atividade empírica, condição essencial para a construção do conhecimento. Trata-se de uma *práxis* educativa (ROCHA e MUNARIM, 2011, p. 180)

As diferentes atividades nesse processo são desenvolvidas com o auxílio de apoio pedagógico, de forma que o aluno possa levantar situações vivenciadas na realidade familiar, buscar novos conhecimentos para explicar, compreender e agir, partindo do senso comum para construir o conhecimento científico, tal como proposto pela pedagogia histórico-crítica, a de uma concepção dialético-materialista.

### Considerações Finais

A organização da classe trabalhadora, especialmente dos trabalhadores rurais é parte de um processo de enfrentamento e embate para garantir os direitos essenciais, dos quais a educação é um deles. Ao iniciarmos esse artigo com o objetivo principal de apresentar a experiência do curso de Especialização em Educação no Campo, elencamos também a Pedagogia da Alternância como um projeto viável que atende às necessidades de formação para os trabalhadores e ressaltamos aqui um retrocesso, que é a transferência do PRONERA para o MAPA, o que, na prática poderá levar à extinção de seus objetivos.

O fim do PRONERA representa de forma direta a negação do direito a educação como parte de um projeto de governo que deixa à margem da sociedade os trabalhadores, desprovidos de educação, saúde e segurança. A desigualdade que permeia o campo ainda exige um compromisso que assegure ao campo tais direitos mínimos, porém a realidade que vem se repetindo ao longo da história é o descaso, principalmente com a população camponesa, que se agrava quando esse campo é um projeto de reforma agrária.

O PRONERA enquanto resultado de uma demanda histórica, que é marcada pela ausência de políticas públicas educacionais para a população assentada, representou um avanço social na medida em que se tornou um espaço que, por meio de parcerias entre universidades, Governo Federal e movimentos sociais, oportunizou a abertura para a criação de políticas públicas para o atendimento de demandas do campo no que se refere a educação em diferentes níveis, desde projetos de alfabetização a cursos de pós-graduação.

No que se refere ao curso de Especialização em Educação no Campo, o objetivo principal consistiu na qualificação profissional, principalmente dos assentados que já atuavam em escolas do campo em diversas funções. Assim, o curso visou oferecer aos professores uma instrumentalização teórica e metodológica para contribuir no enfrentamento dos desafios da docência, visando também promover a melhoria do ensino nessas escolas e contribuir para construir novas políticas educacionais.

Como resultado do PRONERA, através desse curso, resultou na formação de 41 especialistas em Educação no Campo, possibilitando um crescimento educacional nas escolas, assentamentos e acampamentos, contribuindo com a elevação da escolarização nas áreas rurais e também fortalecendo as comunidades rurais.

A possível extinção do PRONERA, enquanto um programa que caminhou no sentido de possibilitar uma educação igualitária e trazendo dignidade para população assentada, representará o retrocesso e o descompromisso com os trabalhadores rurais e público alvo do crédito fundiário, presentes no atual governo de Jair Messias Bolsonaro e seu posto Ipiranga, o economista Paulo Guedes.

## Referências

BEZERRA NETO. L., BEZERRA. M. C. dos S. Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão. *Revista EXITUS*, Volume 01, Número 01, Jul./Dez. 2011.

BRASIL. *Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.252-de-20-de-fevereiro-de-2020-244585036>. Acesso em setembro de 2021.

BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/412067>. Acesso em setembro de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. Traços de uma trajetória. trajetória Campinas: Papirus. 1993. p. 15-42. (Coleção Educação e Escola no Campo)

DAMASCENO, M. N. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*. Educação e Pesquisa São Paulo: FAE/ USP, v. 30. n. 1., p. 51-72, jan./abr., 2004.

FERNANDES, M. C. da S. G.; OLIVEIRA, J. F. de. Políticas de Expansão e Inclusão na Educação Superior: ações institucionais, prática docente e evasão de estudantes. *Currículo sem fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 707-735, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/fernandes-oliveira.pdf>. Acesso em setembro de 2021.

GRITTI, S. M. Educação rural e capitalismo. Passo Fundo: UPF, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Educação*. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em setembro de 2021.

LACERDA, C. L. de. SANTOS, C. A. Introdução: contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sônia Meire dos Santos Azevedo. (ORG). *Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

LEITE, S. C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. Escola rural: urbanização e políticas educacionais São Paulo: Cortez, 1999.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. *Educação e Pesquisa*, Vol. 34, Núm. 1, janeiro-abril, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022008000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022008000100003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em setembro de 2021.

ROCHA, M. I. A. MUNARIM, A. Tempo-Comunidade/Tempo-Escola: Alternância como princípio metodológico para organização dos tempos e espaços das escolas do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sônia Meire dos Santos Azevedo. (ORG). *Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.